

Reforma Tributária: as novas regras que entram em vigor em 2026

2026 marca o ano de testes da Reforma Tributária

Por **Guilherme Carvalho***, Valor — São Paulo

14/01/2026 13h30 · Atualizado há 21 horas

[Presentear matéria](#)

Menu



Mulher confere recibo de nota fiscal — Foto: Karolina Grabowska/Pexels

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A partir de 1º de janeiro de 2026, algumas regras da **Reforma Tributária** sobre o consumo começaram a valer, marcando o início do chamado “ano de teste” do novo modelo. Neste período, contribuintes já precisarão se adaptar a novas obrigações relacionadas à Contribuição sobre Bens e Serviços (**CBS**) e ao Imposto sobre Bens e Serviços (**IBS**), que passam a coexistir com os tributos atuais durante a fase de transição prevista pela reforma.

Menu



recolhidos pela União. Já o IBS unifica o ICMS, de competência estadual, e o ISS, cobrado pelos municípios. Embora as novas regras comecem a produzir efeitos já em 2026, a cobrança ampla da CBS está prevista apenas para 2027. No caso do IBS, a implementação será gradual, com transição proporcional entre 2029 e 2032. **Veja abaixo as novas regras da Reforma Tributária para este ano:**

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Leia também:

[Senadores da oposição protocolam pedido de impeachment contra Toffoli por atuação no caso Master](#)

[Paraguai chama chefes de Estados para assinar acordo Mercosul-UE, e Lula deve ficar de fora](#)

Destaque obrigatório de CBS e IBS nas notas fiscais

Uma das principais mudanças práticas a partir deste ano será a obrigação de informar, de forma individualizada, os valores da CBS e do IBS na emissão de

Menu



das empresas.

A exigência valerá para documentos como a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (NF3e), Bilhete de Passagem Eletrônico (BP-e), entre outros modelos utilizados em operações de circulação de bens, prestação de serviços, transporte, comunicação e energia. **Veja a lista completa abaixo:**

- Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);
- Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e);
- Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e);
- Conhecimento de Transporte Eletrônico - Outros Serviços (CT-e OS);
- Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e);
- Nota Fiscal de Serviço Eletrônica de Exploração de Via (NFS-e Via);
- Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica (NFCom);
- Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (NF3e);
- Bilhete de Passagem Eletrônico (BP-e);
- Bilhete de Passagem Eletrônico Transporte Metropolitano (BP-e TM).

Segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, ainda há incertezas relevantes sobre as consequências para o contribuinte que não destacar corretamente os novos tributos nos documentos fiscais. Isso porque a Receita Federal não esclareceu de forma objetiva se, nessas situações, o contribuinte poderá ser responsabilizado pelo recolhimento da CBS e do IBS não destacados, o que reforça a necessidade de cautela e adequação prévia por parte das empresas já em 2026.

Documentos com regras indefinidas ou vigência adiada

Menu



Valor ECONÔMICO | Legislação Cidadania

Alteração de Detis Inovais (NRF-ADI), da Inova Fiscar de Água e Saneamento (NRFAS) e do Bilhete de Passagem Aéreo. Para esses documentos, embora já existam orientações, ainda não há data definida para a entrada em vigor das novas regras, afastando, por ora, o risco de cobrança dos tributos.

Há ainda documentos cujos campos para informação da CBS e do IBS estão em fase de desenvolvimento, como a Declaração dos Regimes Específicos (DeRE) e aqueles relacionados a operações realizadas por plataformas digitais. Nesses casos, os órgãos responsáveis também afastaram a possibilidade de exigência dos novos tributos enquanto não houver regulamentação completa.

Pessoas físicas terão que se inscrever no CNPJ

Outra mudança relevante diz respeito às pessoas físicas que se tornarem contribuintes da CBS e do IBS. A partir de julho de 2026, será obrigatória a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A exigência está diretamente ligada ao modelo de arrecadação dos novos tributos, que depende da emissão de documentos fiscais eletrônicos. Como o sistema atual não permite a emissão de notas fiscais com CPF, apenas com CNPJ, a solução adotada pela Receita Federal foi exigir que essas pessoas físicas passem a se inscrever como contribuintes no cadastro empresarial, viabilizando o controle e a arrecadação.

Fundo de Compensação para benefícios fiscais de ICMS

A reforma também criou um Fundo de Compensação para ressarcir contribuintes que atualmente usufruem de benefícios fiscais onerosos de ICMS. O fundo começará a operar em 2026 e os pedidos de habilitação poderão ser feitos a partir de janeiro, por meio do Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC).

O fundo tem como finalidade compensar a perda gradual desses benefícios, que passarão a ser reduzidos anualmente a partir de 2029, período em que o IBS

começará a substituir de forma mais efetiva o ICMS. Segundo especialistas consultados, a habilitação deverá ser solicitada individualmente para cada benefício.

Menu



Os desafios da implementação da Reforma Tributária

Para Alessandra Okuma, coautora do livro *Estudos sobre a Reforma Tributária* e sócia do escritório Okuma Advogados, o principal desafio inicial será a convivência simultânea dos tributos atuais com os novos. Segundo ela, embora PIS e Cofins tenham vida curta no novo modelo, ICMS e ISS permanecerão até 2033, exigindo que empresas e profissionais estejam preparados para lidar com sistemas paralelos por vários anos.

Alessandra alerta ainda para disputas já em curso, como a discussão sobre a inclusão do IBS e da CBS na base de cálculo do ICMS, defendida por alguns estados, o que pode aumentar a carga tributária e gerar insegurança jurídica. Outro ponto sensível é a devolução dos créditos acumulados de ICMS, prevista para ocorrer em até 240 meses, além do impacto do fim dos incentivos fiscais na reorganização das cadeias logísticas das empresas.

Apesar disso, ela vê aspectos positivos, como a simplificação, a uniformização das regras e o fortalecimento de mecanismos de combate à sonegação, ainda que reconheça que os primeiros anos serão marcados por instabilidade jurídica.

Já Marcus Abraham, professor titular de Direito Financeiro e Tributário da UERJ e coordenador acadêmico da FGV Conhecimento, avalia que 2026 será efetivamente um ano de testes, sem grandes pretensões arrecadatórias. Para ele, o sucesso do novo modelo dependerá tanto da agilidade dos órgãos tributários na edição das normas e na implantação dos sistemas quanto da capacidade das empresas de treinar equipes e ajustar suas rotinas de compliance fiscal.

Abraham demonstra preocupação especial com as pequenas empresas, que tendem a enfrentar custos mais elevados para adaptação, além de apontar atrasos no cronograma, como a demora na aprovação das leis complementares, a indefinição de regras para obrigações acessórias, o desenvolvimento ainda

incipiente dos sistemas de apuração do IBS e a falta de definição sobre a competência do Judiciário para julgar disputas envolvendo CRC e IRS

Menu



tratamento dado às companhias responsáveis pelo saneamento básico na Reforma Tributária. Segundo ele, o setor, que está diretamente ligado à saúde pública, à dignidade da pessoa humana e ao direito fundamental ao acesso ao saneamento, acabou perdendo a previsão de redução de alíquota que existia nas discussões iniciais.

"[O setor responsável pelo saneamento básico] tinha previsão de redução de 60% da alíquota [com a Reforma Tributária], mas no final da aprovação da lei complementar 214 e no PLP 108, perdeu essa redução"

No entanto, ele destaca como pontos positivos o fim das guerras fiscais entre estados e municípios e a centralização da legislação, que substitui milhares de normas locais por um marco legal unificado.

**Estagiário sob supervisão de Diogo Max*

 Mais recente

Próxima 

Conheça o Valor One

Acompanhe os mercados com nossas ferramentas [ACESSAR GRATUITAMENTE >](#)

Conteúdo publicitário

Novo Ar gela quarto em 3 minutos e não precisa de instalação

Novo modelo de ar portátil vertical vira febre no Brasil devido a onda de calor estar chegando

Ar Condicionado Vertical | Patrocinado

[Leia mais](#)

Menu



Botox Em Casa | Patrocinado

[Saiba Mais](#)

Pessoas acima de 50 anos com glicose alta deveriam ler isto...

Notícias Saúde | Patrocinado

[Clique aqui](#)

Novo modelo de ar vertical gela quarto em 3 minutos e custa R\$397,90

Melhor custo benefício para onda de calor que está chegando...

Ar Condicionado Vertical | Patrocinado

[Leia mais](#)

Mais do Valor **Econômico**



Carnaval do Rio deve atrair 8

Menu



Valor ECONÔMICO | Legislação C Cidadania



“Com o aumento de turistas, a nossa expectativa é que esse número cresça. A cidade está super preparada”, diz o presidente da Riotur, Bernardo Fellows

15/01/2026, 12:55 — Em Brasil



AO VIVO

Ibovespa tem leve alta após bater recorde intradiário; dólar cai com exterior positivo

Dados de varejo no Brasil, discursos de dirigentes do Fed e desdobramentos do caso Master chamam a atenção dos investidores

15/01/2026, 12:52 — Em Finanças



EUA apreendem navio-tanque ligado à Venezuela antes de reunião entre Trump e María Corina

Essa foi a sexta interceptação de uma embarcação desse tipo nas últimas semanas

15/01/2026, 12:52 — Em Mundo



CBSF diz que companhia liquidada pelo BC está sob controle de holding da Planner

Companhia diz que não há vínculo com DTVM antes denominada como Reag Trust em razão de reorganização societária e subsequente alienação de ativos

15/01/2026, 12:50 — Em Finanças

ADVANCED
Corretora de Câmbio

Mas estava com patrimônio negativo

Segundo dado do BC, no ano passado a Advanced ficou atrás apenas da Wise e movimentou um total de US\$ 3,573 bilhões (considerando mercado primário e interbancário)

15/01/2026, 12:42 — Em Finanças

Indústria de veículos começa o ano com 'otimismo contido', diz Anfavea

Associação de fabricantes prevê aumentos de 3,7% na produção, 2,7% na venda interna e 1,3% na exportação em 2026

15/01/2026, 12:38 — Em Empresas

Trump ameaça usar militares em protestos contra agentes de imigração em Minnesota

Manifestantes de Minnesota têm protestado contra o Serviço de Imigração e Alfândega (ICE, na sigla em inglês)

15/01/2026, 12:35 — Em Mundo

Diretor-geral da PF diz a Toffoli que provas lacradas inviabilizam andamento da investigação do caso Master

Andrei Rodrigues nega que houve inércia ou intenção em descumprir ordem do ministro do STF

15/01/2026, 12:26 — Em Finanças

[VEJA MAIS](#)

Menu



Valor^{ECONÔMICO} | Legislação  Cidadania

SIGA



EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST



Valor

Edição impressa

Valor PRO

Valor RI

Valor International

Revistas e Anuários

Seminários

Valor 360

Pipeline

Valor Investe

O Globo

Extra

CBN

Autoesporte

BHFM

Casa e Jardim

Casa Vogue

Crescer

Monet

Época Negócios

Quem

Galileu

PEGN

Glamour

Rádio Globo

Globo Rural

TechTudo

GQ

Um Só Planeta

Marie Claire

Vida de Bicho

Vogue

QUEM SOMOS

FALE CONOSCO

TERMOS E CONDIÇÕES

TRABALHE CONOSCO

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

ANUNCIE

MINHA EDITORA